

DESAFIOS DA COOPERAÇÃO BRASIL - ÁFRICA

SARAIVA, José Flávio S. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.166 p.

O último livro de José Flávio Sombra Saraiva sobre as relações entre Brasil e África vem retomar e atualizar suas análises históricas anteriores, bem como apontar novos rumos para a cooperação entre os dois lados do Atlântico Sul. Um pouco na linha dos clássicos ensaios de interpretação do Brasil, *África parceira do Brasil atlântico* manifesta um gênero híbrido, combinando análise histórica e uma intervenção propriamente política que pretende subsidiar engajamentos presentes e futuros do Brasil com o continente africano. Neste caráter híbrido do trabalho está a fonte última de sua força, mas também de algumas fraquezas.

Este livro, assim como trabalhos anteriores do autor sobre a história das relações do Brasil com o continente africano, demonstra sensibilidade para a natureza multifacetada

dessas interações, explorando desde vetores econômicos a geopolíticos, domésticos ao sistema internacional, do nível prático ao discursivo. Mas sua principal mensagem não está no campo do conhecimento acadêmico, embora esta seja, sem dúvida, uma de suas contribuições. Ela está, antes, em apontar um fato que tem persistido ao longo das décadas, desde que o Estado brasileiro começou a formular uma política externa propriamente africana: o desconhecimento crônico sobre as realidades passadas, desafios contemporâneos e visões de futuro do continente africano por parte dos brasileiros, manifesto no senso comum, no governo, na mídia, no meio empresarial. O livro pretende contribuir para preencher essa lacuna, ao chamar atenção do público brasileiro para uma narrativa contemporânea sobre a África bem diferente da vi-

são do continente como o “coração das trevas”, que tem predominado historicamente, em especial na mídia global. Dado que, como coloca o autor, o conhecimento dos brasileiros sobre a África equivaleria a “pouco mais do que a velha antropologia britânica do século XIX” (p. 127), o esforço contemporâneo de reverter essa situação, do qual o livro de Saraiva faz parte, é mais que louvável, é vital.

O primeiro capítulo é mais propriamente histórico, sintetiza e atualiza análises anteriores do autor sobre a política africana do Brasil, inaugurada pelo governo Jânio Quadros em 1961 e marcada por oscilações e contradições nas diversas fases que se seguiram até as vésperas do presente século. O capítulo vai fundo, especialmente nas dimensões geopolíticas, econômicas e discursivas das tentativas de aproximação do Brasil com a África. Aqui, Saraiva não traz acréscimos significativos de conteúdo ou direção analítica com relação a seus trabalhos anteriores.¹ Não obstante, este capítulo oferece uma excepcional síntese de quatro déca-

das do hesitante e inconstante engajamento brasileiro com o continente africano, sem perder de vista as nuances históricas.

A linha do tempo, interrompida nos governos Fernando Henrique Cardoso, é retomada no capítulo 4, em que analisa a década de reaproximação com o continente africano durante os dois mandatos do presidente Lula e os primeiros passos de sua sucessora, Dilma Rousseff, na mesma direção, embora não com a mesma intensidade. Aqui, Saraiva analisa as principais tendências do contexto internacional que plasmam essa reaproximação recente, e sugere que desta vez tal engajamento possa finalmente se dar em bases mais sustentáveis. Ele observa, nesse sentido, a superação de algumas das amarras anteriores, como a vulnerabilidade energética brasileira (após os choques do petróleo nos anos 1970), o receio da competição com a África no mercado internacional de matérias primas e a persistência de um discurso culturalista, e pouco realista, sobre o continente africano. O capítulo é, todavia, bastante curto, e talvez ganhasse com um maior detalhamento dos impulsos mais propriamente internos para a aproximação contemporânea com a África. O autor aponta, por exemplo, a crescente centralidade dos movimentos de afrodescendentes no processo de revisão da narrativa brasileira sobre a África. Mas não fica

¹ Por exemplo, José Flávio Sombra Saraiva, *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa do Brasil*, Brasília: Editora Unb, 1996. Entre as contribuições recentes para a história das relações Brasil-África do ponto de vista da diplomacia brasileira está o livro de Jerry D'Ávila, *Hotel Trópico: Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980*, Durham, N.C.: Duke University Press, 2010.

tão claro quais seriam outros vetores (ou contradições, se for o caso) dessa recente reaproximação com o continente africano, por exemplo no plano econômico.

O capítulo 5 trata justamente da mudança de direção observada nos últimos anos na atitude brasileira para com a África rumo a um maior pragmatismo, e o autor ilustra seu argumento com uma esclarecedora discussão sobre a retomada recente das negociações em torno da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Desde trabalhos anteriores, Saraiva vinha apontando a persistência de uma gramática culturalista de bases freyreanas na visão da diplomacia brasileira sobre o continente africano. Num certo sentido, essa gramática vinha fazer as vezes da produção própria de conhecimento sobre a África, e mesmo permitir o obscurecimento de fatos históricos desconfortáveis, porém reais, como a complacência e mesmo cumplicidade de certos governos brasileiros nos anos 1960 e 70 com o colonialismo português e com o *apartheid* sul-africano. Saraiva sugere o gradual abandono, a partir do governo Lula, dessa perspectiva culturalista histórica rumo a um “discurso da dúvida” que reconheceria as contradições do passado escravocrata, assim como da (des)igual inserção social dos afro-brasileiros.

Pergunto-me, contudo, se o autor não estaria superestimando a exten-

são dessa mudança. A minha própria experiência de pesquisa sobre a cooperação técnica entre Brasil e África tem indicado, de modo inequívoco, a persistência da gramática culturalista, ainda que despida de parte da roupagem freyreana. Tal prevalência, vale notar, parece arrefecer à medida em que se passa do discurso à prática da cooperação – o que faz com que alguns de seus operadores tenham, num certo sentido, uma percepção mais refinada da realidade africana do que os intelectuais ou burocratas aos quais normalmente se designa tal tarefa. Com efeito, a reconstrução da cooperação brasileira com a África em bases mais firmes e realistas só teria a ganhar, e muito, com o aproveitamento qualitativo da experiência desses agentes com as cooperações brasileiras pioneiras já em andamento no continente – e não só nos termos quantitativos implicados nos mecanismos gerenciais e formalistas de avaliação e monitoramento de projetos.

Embora haja discussões detalhadas e bons *insights* por todo o livro, há que se notar certa irregularidade em termos da qualidade dos capítulos do ponto de vista mais propriamente acadêmico. A excepcional riqueza analítica da discussão dedicada ao lado brasileiro de fato lhe reserva, assim como a obra anterior desse autor, um lugar de destaque na bibliografia sobre as relações entre África e Brasil do ponto de vista deste últi-

mo. Mas, essa complexidade e qualidade analíticas não encontram equivalente nos capítulos 2 e 3, dedicados ao lado africano. Ainda que, face ao raquitismo endêmico dos debates sobre África na esfera pública brasileira, esses capítulos sejam de fato um bem-vindo facho de luz na escuridão, é neles que se concentram os pontos fracos do livro.

Um dos problemas talvez esteja na dependência excessiva de estudos produzidos pelas agências de desenvolvimento, como o Banco Mundial ou o PNUD. Parte da produção acadêmica sobre desenvolvimento internacional tem há muito apontado os problemas com os relatórios produzidos em massa por essas agências, e não apenas com relação à imprecisão de fontes e dados.² Como apontou James Ferguson em sua discussão, já clássica na antropologia do desenvolvimento internacional, sobre as gritantes inconsistências nos relatórios do Banco Mundial sobre o Lesoto nos anos 1980, estudos desse tipo pertencem a um gênero narrativo e a um modelo de produção do conhecimento muito diferentes do acadêmico.³ Na

perspectiva foucaultiana deste autor, os relatórios operariam no sentido menos de descrever objetivamente uma dada realidade do que de construir uma realidade com vistas a uma intervenção – precisamente, aquela do desenvolvimento conforme definido pelas agências e doadores internacionais. Infelizmente, muitas vezes tais relatórios podem ser, de fato, as únicas fontes de informação sistemática disponíveis sobre certos aspectos da realidade africana – eu mesma tenho experimentado essa limitação com relação, por exemplo, à produção de conhecimento empírico sobre os institutos de pesquisa agrícola na África subsaariana. Mas de modo geral, para cada relatório de agências internacionais, ONGs e *think tanks* há uma plethora de bons trabalhos acadêmicos cujo rigor com as fontes, o método e o processo acadêmico de revisão por pares fazem deles fontes muito mais robustas.

O foco dos capítulos 2 e 3 é a corrente política e intelectual que se formou em torno da chamada nova Renascença Africana e de seus projetos político-econômicos (em particular a NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano). Aqui, Saraiva tende a tomá-la enquanto representante exclusiva da “inteligência africana” contemporânea. Assim, quando ele fala em (ou pela) “África”, acaba incorrendo na clássica armadilha metonímica de tomar parte

² Como discutido, por exemplo, em Deborah Brautigam, *The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa*, Oxford: Oxford University Press, 2009.

³ James Ferguson, *The Anti-Politics Machine: Development, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

pelo todo. Desconsidera, por exemplo, o fato de que a liderança sul-africana na recente onda de “afro-otimismo”, bem como a sensibilidade neoliberal encastelada no arcabouço da NEPAD, estão longe de ser consensuais no continente, para não mencionar o fato de a maior parte da população africana se encontrar em larga medida alheia a essas e outras formulações das elites nacionais em seu nome. Por vezes, o autor faz parecer que assumir uma postura crítica quanto aos fundamentos e perspectivas da NEPAD implicaria necessariamente em recair num “afro-pessimismo” imobilizador— o que está longe de ser verdade.⁴

É claro, não há problema algum em eleger os expoentes do novo afro-otimismo como parceiros privilegiados de diálogo com a cooperação e investidores brasileiros. O ângulo mais propriamente político-normativo do livro de fato o permite, e, do ponto de vista institucional, este parece se apresentar de fato como um dos caminhos naturais para tal diálogo. Mas, do ponto de vista do rigor acadêmico, o reconhecimento de que

a visão de passado, presente e futuro da África encampada por essas elites é apenas uma entre as possíveis, não deveria se resumir a curtas observações ocasionais (como na página 89). No mesmo sentido, se referir à produção político-intelectual africana no momento pré e pós independências enquanto “rancores anti-coloniais”, “romantismos revolucionários” e “jargões de libertadores ingênuos” (p. 56) é, não apenas fazer um julgamento de valor reducionista sobre uma história altamente rica e repleta de contradições, como minimizar a relevância e a vitalidade de correntes de pensamento e ação políticas também africanas que, longe de se encontrarem ultrapassadas pelos fatos históricos, continuam colorindo o complexo quadro político-ideológico do continente.

Hoje, o afro-otimismo é sem dúvida um estado de espírito necessário não apenas entre os africanos, mas também, e talvez mais importante, entre seus parceiros internacionais. Mas abraçá-lo cegamente enquanto lente única através da qual observar a África contemporânea também pode levar às “desilusões” que Saraiva tão perspicazmente notou nas tentativas anteriores de engajamento dos atores brasileiros com a África. Ironicamente, Saraiva trouxe como exemplo da renovação das referências culturais africanas dentro da Renascença contemporânea a legendária cidade maliense de Timbuctu, que se revitalizaria

⁴ Por exemplo, John Akokpari, “Africa’s Quest for Long-Term Development: does NEPAD Provide the Necessary Policy Framework?” *African Journal of International Affairs*, v. 11, n.1 (2008), pp. 32-54; ou, J. O. Adésinà, Y. Graham e A. Olukoshi (orgs.), *Africa & Development: Challenges in the New Millennium – The NEPAD Debate* (Dakar: CODESRIA; Londres: Zed Books, 2006).

nos dias de hoje não como memória do classicismo africano, mas como lugar do presente da cultura africana e imaginação de um devir político soberano e altruísta do continente (p. 57).

No momento em que escrevo essas palavras, Timbuctu, junto com quase dois terços do território maliense, encontra-se tomada por uma confusa combinação de rebeldes independentistas, grupos salafistas, narcotraficantes e terroristas da Al-Qaeda. O Mali encontra-se numa lenta e delicada transição política semanas após um golpe militar promovido por oficiais de um exército nacional exausto e humilhado pela falta de condições materiais para combater a rebelião separatista no norte do país, recentemente reativada de modo extraordinário pelo influxo de equipamentos, homens e armamento pesado provenientes da Líbia pós-intervenção da OTAN (Se a chamada primavera árabe liberou “ventos de oportunidade e liberdade” na África, como sugeriu Saraiva na página 80, estes, decerto, não estão soprando na faixa saheliana.) A intervenção militar estrangeira que agora se desenha no horizonte, assim como a possível guerrilha urbana que se seguirá, coloca uma nuvem cinzenta sobre a própria integridade física do patrimônio milenar africano que é Timbuctu, assim como de seus moradores – muitos deles já entre os mais de duzentos

e cinquenta mil malienses refugiados na região sul e nos países vizinhos, que agora também correm risco de desestabilização. Trata-se de uma crise política e humanitária sem precedentes, e para muitos surpreendente, num país até então tido como um dos exemplos de estabilidade democrática no oeste africano.

As raízes da crise no Mali são muitas e intrincadas demais para serem abordadas aqui. Mas o que ela indica, sem sombra de dúvida, é que a “imaginação de um devir político soberano e altruísta do continente” não pode se desvincular de uma atenção rigorosa aos reais fundamentos da vulnerabilidade estrutural que tem impedido o florescimento das sociedades e nações africanas desde as independências. Tais fundamentos pertencem, antes de tudo, ao domínio da história. Não se trata de “remoer o passado à cata de culpados” (p. 57), nem de se entregar ao “afropessimismo”, mas de compreender de modo rigoroso e realista as multifacetadas e frequentemente contraditórias raízes históricas deitadas pelo colonialismo e o neocolonialismo ocidentais no continente⁵ – que vêm

⁵ Ver, por exemplo, Mahmood Mamdani, *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*, Princeton: Princeton University Press, 1996; e Achille Mbembe, *On the Postcolony: Studies on the History of Society and Culture*, Berkeley: University of California Press, 2001.

agora compor com as chamadas potências emergentes (a China em particular) nessa segunda “corrida para a África”.

Os fundamentos da vulnerabilidade histórica do continente africano também pertencem ao domínio da economia política, assim como da intrincada rede de interdependências globais na qual a África encontra-se irresistível e periféricamente imersa, e que o autor discute brevemente no capítulo 3. O Brasil faz, cada vez mais, parte dessa rede. Saraiva está, de fato, atacando o cerne da questão ao apontar a urgência para que acadêmicos e agentes públicos e privados brasileiros comecem a plasmar o debate em torno da política africana do Brasil menos em fantasias e mais na realidade – que, enquanto tal, é complexa, multifacetada, e em contínua e por vezes rápida mudança. A atenção ao importante alerta antirreduccionista avançado pelo livro deve ser, portanto, constante, e reflexiva.

Nas páginas conclusivas do livro,

fica mais claro o lugar de fala do autor, assim como a direção da sua intervenção. Ele pretende anunciar, com a recente aproximação entre Brasil e África dentro do marco da cooperação sul-sul a partir do governo Lula, quase um fim da história hegeliano para a dialética das contradições e oscilações observadas em seus trabalhos anteriores. Aqui, a resolução da “equação da política africana do Brasil” (p. 126) tomaria a forma de um “ponto de equilíbrio” entre realismo e idealismo, entre “a razão pragmática e o compromisso solidário com a outra margem do Atlântico” (p. 127). Resta saber o quanto dessa resolução baseia-se menos numa profissão de fé do autor do que em tendências reais por parte dos atores políticos e econômicos brasileiros. Em todo caso, *África parceira do Brasil atlântico*, se amplamente lido e levado a sério por formuladores de políticas e pelo público em geral, pode contribuir para que tal diagnóstico se torne, efetivamente, uma profecia autocumprida.

Leticia Cesarino

leticia.cesarino@gmail.com

Doutoranda

Universidade da Califórnia - Berkeley